

“O que é isso, companheiro?”

GUSTAVO H. B. FRANCO*

Dois eventos recentes conviram a uma reflexão sobre que ideias econômicas devem ser consideradas “de esquerda”: 1) O recém eleito governo trabalhista na Inglaterra, de quem se esperaria ao menos um reexame das políticas da Era Thatcher, toma como sua primeira medida de peso a adoção da independência do banco central. 2) Numa reunião internacional em Marbella, no Chile, representantes das esquerdas latino-americanas parecem concordar com os elementos de um programa mínimo, definidos em um *paper* do professor Roberto Mangabeira Unger, do qual constam o equilíbrio orçamentário, reforma da Previdência, a elevação da taxa de poupança e até mesmo o uso das receitas de privatização para se abater dívida interna (*ça va sans dire*, a privatização também faz parte do programa).

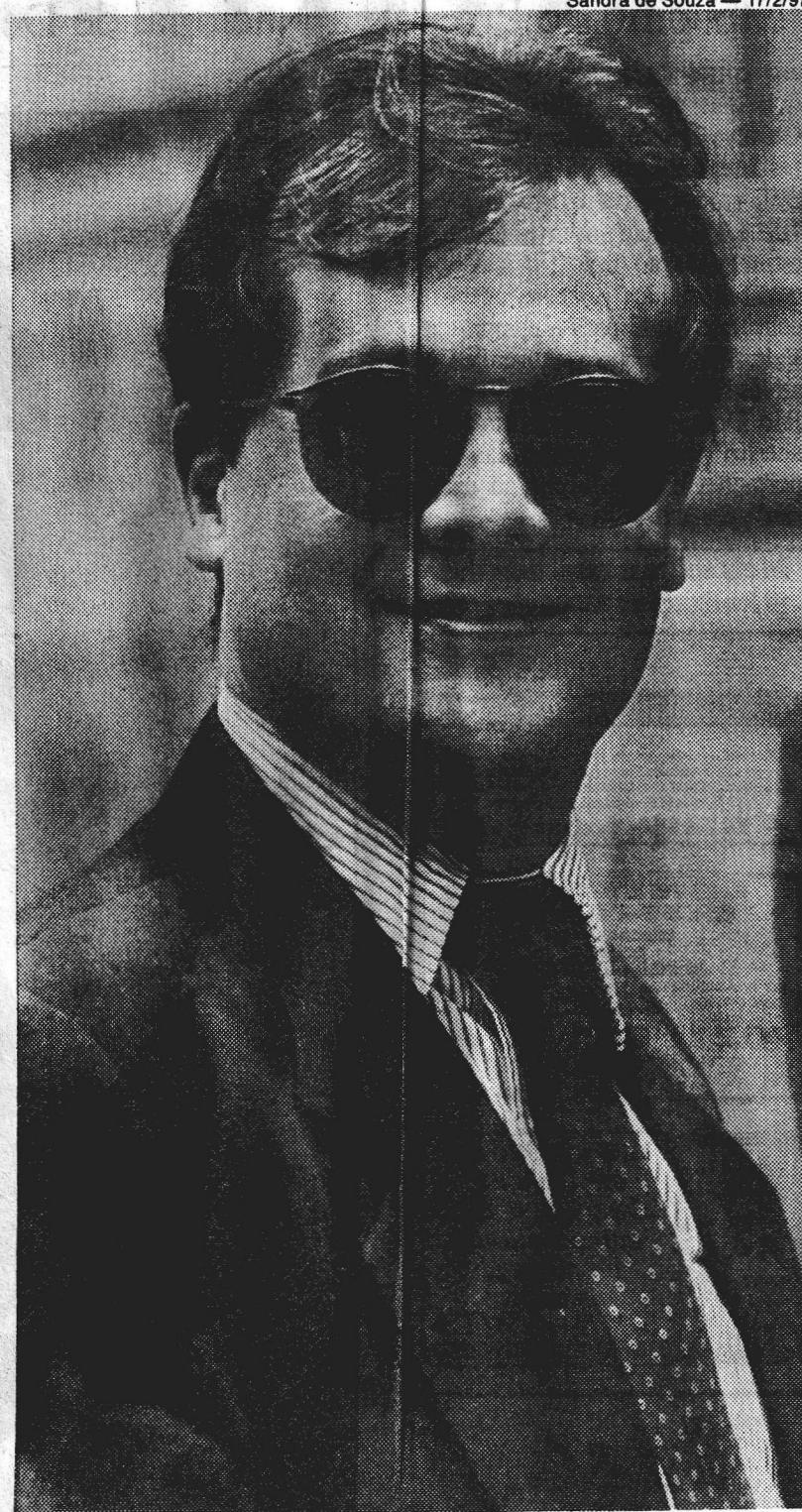
Que significa tudo isso? Que espécie de revisionismo estão a propor os companheiros Blair e Mangabeira? Será uma evolução ideológica ou uma manifestação de oportunismo de conteúdo puramente eleitoreiro?

Sem prejuízo da observação mais geral de que, no plano das políticas fiscais e monetárias, já não há muito a ser reinventado, o que se tem aí é algo muito simples: no caso inglês (e quem sabe também no nosso), é perfeita a observação do jornalista Celso Pinto, “com a reputação histórica de irresponsáveis no combate à inflação, os trabalhistas preferiram contar com a reputação alheia”. No nosso caso, parece haver aí um tímido ensaio de repúdio ao populismo e ao inflacio-

nismo que caracterizou as esquerdas latino-americanas nas últimas décadas, embora não se saiba se é para valer.

É interessante ter claro que se estabeleceu no Brasil, e não apenas entre as esquerdas, o conceito de que austeridade fiscal e monetária são posturas reacionárias emanadas do imperialismo ianque, e que progressista mesmo é o “tudo pelo social”, o desprezo ao déficit público e o uso da inflação como instrumento gerador de receitas para o Estado, seja para promover o desenvolvimento, seja para fins de política social. É popular, portanto, a esdrúxula noção de que o inflacionismo é progressista, ou que a inflação é aceitável desde que por uma boa causa.

Depois de experimentar as dores de duas hiperinflações, todavia, o Brasil pareceu aprender que não é bem assim. Não há nada de progressista na irresponsabilidade fiscal e na inflação, assim como não há nada de reacionário ou “de direita” em políticas fiscais sadias e bancos centrais dedicados a proteger o valor da moeda que o cidadão carrega em seu bolso. Aprendemos, também, e a muito custo, que a inflação é um imposto que incide quase que exclusivamente sobre o pobre (que não sabe o que é *overnight*), e que se estabelece sem legislação que o autorize, bastando, para isso, que o Executivo e o Legislativo finjam que não estão vendendo, ou que não estão se importando com o déficit público. É difícil justificar a existência desse “imposto”, mesmo quando se trata de usar os recursos daí obtidos para fins de política social, pois isto significaria es-



sencialmente tirar de um pobre para dar a outro, tendo que se pagar, no meio, pela burocracia da distribuição do benefício e aturar as relações de clientela que se formariam para tirar proveito do esquema. É fácil, portanto, tornar a política social uma farsa, gastando-se um dinheiro que não existe, desancando os “tecnocratas insensíveis” que combatem essas distorções, e enganando-se com a idéia de que a gastação pode reduzir a pobreza que ela mesmas gera através da inflação.

É fácil perceber, portanto, por que são progressistas as proposi-

“Parece haver um tímido repúdio ao populismo e inflacionismo que caracterizaram as esquerdas nas últimas décadas”

tas do trabalhismo inglês e do professor Mangabeira. Assim como as do Governo FHC, que estão em absoluta sintonia com esses conceitos.

É bastante claro que, no domínio específico das questões monetária e fiscal, verifica-se uma importante convergência de idéias no tocante às políticas públicas que não deveria representar uma vitória ideológica de quem quer que seja. A noção de que é infla-

cionária, e portanto socialmente indesejável, a emissão desenfreada de moeda causada por governos indisciplinados, é tão velha quanto a própria moeda.

A aceitação dessa simples verdade parece bem mais palatável no Brasil de hoje que há 40 anos, durante o apogeu do desenvolvimentismo e das idéias estruturalistas. Não éramos, naquela ocasião, o país industrial que somos hoje, e achávamos que valia a pena usar a inflação para atingir esta condição. Isto foi conseguido, mas ao custo de o Brasil ter-se tornado um país profundamente desigual. Na verdade, pode-se dizer que esta triste situação se deve, em grande medida, às políticas que se decidiu seguir para fazer a nossa industrialização, notadamente a “fechadura” econômica e o inflacionismo. Um país que durante várias décadas tributou impiedosamente o pobre através da inflação e alimentou seus oligopólios com doses cada vez mais generosas de protecionismo tem bons motivos para exibir a pior distribuição de renda do mundo.

É compreensível, portanto, a rejeição à inflação e a seus defensores, sejam eles gastadores irresponsáveis de direita ou de esquerda. É compreensível que a esquerda procure formas de atender a estes anseios, pois disso depende a sua viabilidade eleitoral. Se eles acreditam mesmo nessas novidades, ou se têm alguma noção de como essas coisas funcionam na prática, ou se vão apoiar as iniciativas do governo nessa direção, é bem mais duvidoso.

*Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central